



PARECER JURÍDICO Nº 90042/2026

INTERESSADO: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade

ASSUNTO: Análise jurídica de fase interna de licitação. Edital de Concorrência Eletrônica nº 90042/2026. Obras e serviços de engenharia. Construção de Área de Lazer no Bairro Palmas.

I. RELATÓRIO

Trata o presente processo administrativo de procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade. O objetivo da contratação é a seleção de empresa especializada para a execução dos serviços de construção de Área de Lazer no Bairro Palmas, localizada no Município de Governador Celso Ramos.

A demanda tem origem na necessidade de estruturação do espaço público no referido bairro, o qual apresenta grande movimentação diária e concentra expressiva parcela de comércio e restaurantes. Conforme descrito nos documentos técnicos acostados aos autos, a ausência de infraestrutura adequada compromete o ordenamento urbano e limita o aproveitamento qualificado da área. Desse modo, a intervenção visa promover o lazer, a convivência e o bem-estar, além de fortalecer a atratividade turística e a economia local.

Para viabilizar a obra, o Município utilizará recursos provenientes de convênio federal firmado com o Ministério do Turismo, especificamente por meio do Contrato de Repasse nº 987723/2025/MTUR/CAIXA. O valor total estimado para a contratação, resultante de pesquisa prévia de mercado, perfaz a quantia de R\$ 859.387,97 (oitocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos), correspondente ao Lote Único da disputa.

Os autos encontram-se instruídos com os documentos essenciais para a deflagração do certame, destacando-se o Estudo Técnico Preliminar (Anexo I.A), o Documento de Pesquisa de Preços (Anexo I.A.1), o Termo de Referência (Anexo I), o Projeto Básico e seus complementos como memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro (Anexo II e subanexos), além da Minuta Contratual (Anexo III). O Termo de Referência foi devidamente assinado pela Arquiteta e Urbanista Cassiana de Souza Zancan e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA
Nº _____

pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, Matheus Fagundes Siqueira, no mês de abril de 2026.

A modalidade escolhida para a seleção do fornecedor é a Concorrência Eletrônica, autuada sob o nº 90042/2026, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote e modo de disputa aberto. A sessão pública está agendada para o dia 25 de maio de 2026, às 14h00min, a ser realizada por meio do sistema eletrônico oficial do Governo Federal (COMPRASGOV), sob o código UASG 988111.

A minuta do Edital, datada de maio de 2026 e assinada pelo Prefeito Municipal Marcos Henrique da Silva, estabelece as regras de participação, os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, bem como as diretrizes de formulação de propostas, envio de lances, julgamento, recursos e penalidades aplicáveis aos licitantes e ao futuro contratado.

O processo foi encaminhado a esta assessoria jurídica para emissão de parecer sobre a legalidade da fase preparatória e da documentação que compõe o instrumento convocatório, em cumprimento aos ditames da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

É o relatório detalhado. Passa-se à fundamentação jurídica.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise jurídica do presente processo administrativo pauta-se estritamente no controle prévio de legalidade da fase interna da licitação, verificando a conformidade dos atos praticados pelos gestores com a Lei nº 14.133, de 2021, bem como com a legislação municipal regulamentadora mencionada no edital, em especial os Decretos Municipais nº 69/2023, 72/2023, 73/2023, 227/2023 e 228/2023. O escopo deste parecer limita-se aos aspectos jurídicos e formais, não adentrando no mérito das escolhas técnicas, de engenharia, de arquitetura ou na exatidão dos cálculos orçamentários, cuja responsabilidade recai sobre os profissionais técnicos signatários dos respectivos documentos.

2.1. Da fase preparatória, da modalidade e do critério de julgamento

A fase preparatória da licitação é o momento em que a Administração Pública define suas necessidades, estuda a melhor solução disponível, realiza o orçamento estimado e elabora as regras do certame e do futuro contrato. No caso em análise, verifica-se que o Município de Governador Celso Ramos cumpriu as etapas de planejamento exigidas pela legislação contemporânea.

A modalidade escolhida foi a Concorrência, sob a forma eletrônica. A Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que a Concorrência é a modalidade de licitação aplicável para a contratação



de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Embora o Termo de Referência classifique o objeto como "serviços comuns de engenharia", a legislação em vigor unificou os ritos do Pregão e da Concorrência. Desse modo, a adoção da Concorrência Eletrônica é perfeitamente legal e adequada para a execução de obras e serviços de engenharia, garantindo ampla disputa e transparência por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

O critério de julgamento adotado é o de menor preço por lote único. Essa escolha está em total harmonia com a natureza do objeto, uma vez que se trata de uma obra com especificações padronizadas pelo projeto básico, permitindo que a competição se dê exclusivamente com base no valor financeiro oferecido. A concentração em lote único também se justifica pela interdependência dos serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, iluminação e instalação de equipamentos, que exigem coordenação unificada para garantir a qualidade e o cumprimento do cronograma estipulado.

2.2. Do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência

O Estudo Técnico Preliminar é o documento que fundamenta a necessidade da contratação e analisa a viabilidade técnica e econômica da demanda. O documento elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade cumpre satisfatoriamente esse papel. O estudo demonstra de forma clara que a construção da Área de Lazer no Bairro Palmas resolverá um problema de desordenamento urbano em uma região com intenso fluxo comercial e turístico. Além disso, o estudo abrange as diretrizes de sustentabilidade, determinando a gestão adequada de resíduos da construção civil, o uso de iluminação eficiente e a priorização de práticas ambientais, atendendo às exigências legais de sustentabilidade nas contratações públicas.

Por sua vez, o Termo de Referência materializa as regras técnicas e gerenciais da contratação. O documento detalha com precisão o objeto, define o prazo de vigência de 12 meses e estipula regras claras sobre o local e os horários de prestação dos serviços. Um ponto de destaque positivo no Termo de Referência é a previsão exaustiva dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo da obra, estabelecendo o fluxo de fiscalização, a necessidade de lavratura de termo circunstanciado e as etapas para saneamento de eventuais falhas construtivas.

O regime de execução estabelecido é a empreitada por preço unitário. Esse regime é o mais recomendado para obras de engenharia que envolvem serviços de infraestrutura e movimentação de solo, nos quais as quantidades podem sofrer pequenas variações em relação ao projeto original. A definição desse regime garante que a Administração pagará exatamente pelo que for medido e executado, protegendo o erário público e assegurando a remuneração justa à empresa contratada.

2.3. Do orçamento estimado e da dotação orçamentária



A estimativa de preços é um requisito essencial para a validade da licitação. O processo conta com o respectivo Documento de Pesquisa de Preços (Anexo I.A.1) e com as planilhas orçamentárias detalhadas (Anexo II.B), que indicam o custo global de R\$ 859.387,97. A demonstração analítica dos custos unitários, inclusive com a Composição de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e encargos sociais, cumpre a exigência de transparência na formação do preço público.

Outrossim, a viabilidade orçamentária está devidamente comprovada. O edital e o Termo de Referência indicam as fontes de recursos (1500.7000.000 e 1700.7000.129), com vinculação ao Contrato de Repasse federal do Ministério do Turismo. A indicação prévia dos códigos das atividades e dos elementos de despesa satisfaz o dever jurídico de garantir que nenhuma obrigação financeira seja assumida sem a correspondente cobertura orçamentária.

2.4. Dos requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira

A análise das exigências de habilitação revela que a Administração adotou critérios proporcionais e voltados exclusivamente à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, sem impor barreiras desnecessárias que pudessem restringir o caráter competitivo do certame.

No tocante à qualificação econômico-financeira, o Termo de Referência exige índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1. Caso a empresa não alcance esses índices, estabeleceu-se a exigência subsidiária de comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação. Essa regra está em absoluta conformidade com os regulamentos de contratação pública, representando uma margem de segurança financeira adequada para suportar os custos iniciais da obra.

Quanto à qualificação técnica operacional e profissional, exige-se o registro da empresa e dos profissionais no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). A exigência de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem a execução prévia de Área de Lazer de no mínimo 1.700,00 metros quadrados revela-se razoável e proporcional à dimensão do projeto licitado. Com efeito, a permissão expressa no edital para o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante é uma medida louvável, pois amplia o universo de possíveis competidores e respeita o princípio da competitividade.

2.5. Do controle de exequibilidade das propostas e garantias

Um aspecto jurídico relevante da minuta do edital é o tratamento conferido à inexecutabilidade das propostas. O documento estabelece, em consonância com a legislação em vigor, que em serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos



valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. No entanto, o edital corretamente não impõe uma desclassificação sumária, assegurando a realização de diligências para que o fornecedor tenha a oportunidade de demonstrar a viabilidade de seus custos.

Ademais, foi incluída a regra de que o licitante vencedor que apresentar proposta inferior a 85% do valor orçado deverá prestar garantia adicional, equivalente à diferença entre esse limite de 85% e o valor efetivamente ofertado. Essa medida legal protege a Administração Municipal contra o abandono da obra, exigindo lastro financeiro suplementar de empresas que decidam adotar políticas agressivas de desconto.

2.6. Das regras de vistoria prévia

O Termo de Referência trata da vistoria prévia do local das obras, fixando que a avaliação do espaço é imprescindível para o conhecimento das condições de execução. Contudo, em estrita observância aos princípios da legalidade e da isonomia, o documento prevê que, caso o licitante opte por não realizar a vistoria técnica acompanhada, poderá substituir essa visita por uma declaração formal assinada por seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das peculiaridades do local. Essa redação é juridicamente perfeita, pois evita que a exigência de visita presencial obrigatória se torne um mecanismo de restrição indevida à participação de empresas sediadas em outras localidades.

2.7. Da gestão contratual, penalidades e subcontratação

O projeto e o edital definem de maneira clara as figuras do fiscal e do gestor do contrato, alinhando-se aos ditames da Lei nº 14.133, de 2021, que valoriza a segregação de funções e o controle contínuo da execução contratual. O prazo de garantia exigido da empresa vencedora é de no mínimo 60 meses a partir do recebimento definitivo, respeitando o padrão consolidado na engenharia civil para estabilidade e segurança estrutural.

A regulamentação da subcontratação é ponderada. O Termo de Referência permite a subcontratação parcial, mas veda expressamente a transferência da parcela principal do objeto, definida no projeto como a parte "Estrutural de Concreto". Essa restrição jurídica assegura que a empresa que venceu a licitação baseada em sua qualificação técnica seja efetivamente a executora da parte mais sensível e crítica da obra.

Por fim, o quadro de infrações administrativas e sanções estipulado no capítulo XII do edital é exaustivo. Estão devidamente tipificadas as condutas passíveis de advertência, multa (de 0,5% a 10%), impedimento de licitar e declaração de inidoneidade. O texto editalício também garante expressamente o direito ao contraditório e à ampla defesa mediante o estabelecimento de prazos recursais claros para cada modalidade de sanção, cumprindo o imperativo constitucional do devido processo legal.



3. DA CONCLUSÃO

Posto isso, após análise exaustiva da documentação que instrui o Processo Administrativo nº 42/2026, constata-se que a fase interna da licitação atende aos preceitos da legislação vigente aplicável às compras e contratações públicas. O Edital de Concorrência Eletrônica nº 90042/2026, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência foram elaborados com clareza, detalhamento técnico adequado e respeito aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa, da transparência e da competitividade.

Desse modo, este parecer atesta a viabilidade jurídica da continuidade do certame, recomendando-se, no entanto, que o setor responsável observe rigorosamente os prazos legais de publicidade exigidos para o certame e garanta a devida inserção de todos os anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sistema eletrônico de disputa.

Ante o exposto, **conclui-se pela regularidade do procedimento e opina-se pelo prosseguimento do feito.** Requer-se à autoridade competente a adoção das seguintes providências:

- a) a aprovação formal da minuta do Edital de Concorrência Eletrônica nº 90042/2026 e de seus respectivos anexos, por estarem em conformidade com as exigências legais e normativas;
- b) a determinação para que a publicação do aviso de licitação seja efetuada nos meios oficiais de comunicação e no Portal Nacional de Contratações Públicas, respeitando o prazo mínimo de antecedência exigido pela legislação para a sessão pública de apresentação de propostas;
- c) o encaminhamento dos autos ao agente de contratação competente para o fiel cumprimento do rito procedimental e a condução regular da sessão agendada para o dia 25 de maio de 2026.

É o Parecer salvo melhor juízo.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de maio de 2026.

GRASIELA ILZA ROSA
Procuradora Geral do Município
OAB/SC 20.653